

o novo período aquisitivo do docente passará a contar do início do mês de janeiro, adequando-o ao caput do presente artigo.

§ 6º. Para os fins do parágrafo anterior, as férias e o terço constitucional serão calculados na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no cargo, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. “

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário e ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006 e da Lei Complementar nº. 911, de 05 de outubro de 2015.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 17 de dezembro de 2019.

LUCAS POCAV ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

JOAQUIM LUIS VASSOLER

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº. 1.062

DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera dispositivo da Lei Complementar

nº. 474, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 16 de dezembro de 2019 eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 67 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, alterado pela Lei Complementar nº. 692, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, passa a vigorar com a seguinte alteração nos §§ 1º, 2º e 3º, acrescido dos incisos I, II e III e dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º.

“Art. 67. É permitida consignação sobre a remuneração do servidor público municipal, desde que expressamente autorizada por ele. (NR)

§ 1º. A soma das consignações não poderá exceder a 65% (sessenta e cinco por cento) da totalidade das verbas consignáveis, proventos e pensões do servidor público municipal, respeitando-se o limite de até 05% (cinco por cento) para compras e empréstimos rotativos mediante cartão de crédito, até 30% (trinta por cento) para empréstimos bancários e financiamentos pessoais consignados e até 30% (trinta por cento) para todas as demais consignações facultativas. (NR)

§ 2º. A definição das verbas consignáveis, para fins do cálculo do parágrafo anterior, será regulamentada por Decreto;

§ 3º. Os limites estabelecidos no § 1º, deste artigo são independentes e não podem ser somados ou transferidos para alteração de margem consignada.

§ 4º. Os responsáveis pelo credenciamento, autorização e controle das consignações serão os seguintes setores da Administração Pública Direta

e Indireta:

I – Na Prefeitura Municipal de Ourinhos, a Secretaria Municipal de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos;

II – Na Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos, a Diretoria de Administração através do Recursos Humanos;

III - No Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, o Diretor Presidente através do Diretoria de Administração e Previdência e Gerência de Recursos Humanos.

§ 5º. O limite, em números de meses, para empréstimos bancários e financiamentos pessoais consignados será definido via Decreto;

§ 6º. Os setores de que tratam os incisos I, II e III do § 4º., serão credenciados para autorização dos consignados mediante Portaria.

§ 7º. A aprovação do empréstimo consignado é de mera consideração e análise do banco, sendo a Prefeitura Municipal de Ourinhos, mera interveniente.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 17 de dezembro de 2019.

LUCAS POÇAY ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

JOAQUIM LUIS VASSOLER

Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS**

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**LEI COMPLEMENTAR Nº. 1.063****DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre o pagamento de um subsídio a título de Auxílio Saúde aos servidores públicos municipais ativos da Administração Direta, Indireta e Autárquica e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 16 de dezembro de 2019 eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica autorizado o pagamento de um subsídio a título de Auxílio Saúde no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para todos os servidores públicos municipais ativos da Administração Direta, Indireta e Autárquica.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 17 de dezembro de 2019.

LUCAS POÇAY ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

JOAQUIM LUIS VASSOLER

Secretário Municipal de Administração